

PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do cargo ou função	Secretário de Economia Criativa e Fomento Cultural
Nível do cargo ou função	CCE 1.17
Órgão ou entidade	Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais responsabilidades	<p>Art. 25 do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023:</p> <p>I - formular diretrizes e dar publicidade aos critérios de alocação e de uso dos mecanismos de fomento direto e indireto à cultura, em conjunto com as demais unidades do Ministério;</p> <p>II - desenvolver, propor e executar mecanismos de fomento direto e indireto para programas e projetos culturais;</p> <p>III - planejar, coordenar, supervisionar, promover, controlar e avaliar as ações de análise, aprovação, acompanhamento e avaliação das ações culturais destinatárias do fomento;</p> <p>IV - coletar dados, mapear e elaborar estudos sobre modelos e sistemas públicos de fomento à cultura;</p> <p>V - planejar, implementar e apoiar ações para qualificação de sistemas, para a formação de agentes culturais e para a capacitação de atores da gestão pública cultural;</p> <p>VI - prestar suporte técnico e administrativo à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e à Comissão do Fundo Nacional de Cultura;</p> <p>VII - mapear, diagnosticar, planejar, propor e implementar novas modalidades de fomento para os programas e projetos culturais, isoladamente ou em parceria com órgãos públicos e entidades privadas;</p> <p>VIII - propor normas e definir procedimentos para a implementação, o monitoramento e a avaliação de mecanismos de fomento à cultura;</p> <p>IX - produzir informações gerenciais e indicadores que possibilitem aferição do desempenho e da potencialidade dos mecanismos de fomento à cultura;</p> <p>X - propor, conduzir e subsidiar a elaboração, implementação e avaliação de planos e políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa;</p> <p>XI - planejar, promover, implementar e coordenar ações para o desenvolvimento da economia criativa brasileira; XII - formular e apoiar ações para formação de profissionais e empreendedores da cultura e qualificação de empreendimentos dos setores criativos;</p> <p>XIII - formular, implementar e articular linhas de financiamento de ações dos setores criativos para fortalecer sua cadeia produtiva;</p> <p>XIV - instituir programas e projetos de apoio a ações dos setores criativos, seus profissionais e empreendedores, para articular e fortalecer micro e pequenos empreendimentos da cultura;</p> <p>XV - subsidiar ações para promover bens e serviços culturais brasileiros em eventos nacionais e internacionais, em articulação com a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais;</p> <p>XVI - apoiar ações para intensificar intercâmbios técnicos e de gestão dos setores criativos com países estrangeiros;</p>

	<p>XVII - articular e conduzir o mapeamento da economia criativa do Brasil para identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional;</p> <p>XVIII - criar mecanismos de consolidação institucional de instrumentos regulatórios no setor da economia criativa; XIX - articular junto a órgãos públicos a inserção da temática da economia criativa nos seus âmbitos de atuação; e</p> <p>XX - subsidiar as demais unidades do Ministério e de suas entidades vinculadas na formulação de políticas para a promoção da economia criativa brasileira.</p>
Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho	<p>A atuação gerencial do cargo envolve a coordenação das equipes:</p> <p>I – Gerencia a:</p> <p>a) Diretoria de Desenvolvimento Econômico da Cultura</p> <p>b) Diretoria de Políticas para os Trabalhadores da Cultura</p> <p>c) Diretoria de Fomento Direto</p> <p>d) Diretoria de Fomento Indireto</p> <p>II - Equipe de servidores com perfil diversificado (das diversas carreiras do serviço público).</p>
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
CrITÉrios Gerais	<p>Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021:</p> <p>Idoneidade moral e reputação ilibada;</p> <p>Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p> <p><u>Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 .</u></p>
CrITÉrios específicos	<p>Atender, no mínimo, um dos critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função; • ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos; • possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou • ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, com carga horária mínima de cento e vinte horas.
DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS	
Formação e Experiência Desejáveis	<p>Desejável, no mínimo, um dos critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possuir formação acadêmica de nível superior em qualquer área de conhecimento;

	<ul style="list-style-type: none"> Experiência profissional na esfera pública – municipal, estadual e/ou federal – e/ou privada compatível com as responsabilidades do cargo;
Competências Desejáveis	<p>Desejável, no mínimo, uma das competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> Orientação para resultados; Visão sistêmica e estratégica; Gestão de pessoas; Compartilhamento de informações e conhecimentos; Capacidade de articulação intra e interministerial; Boa comunicação verbal e escrita; Resolução de conflitos; Capacidade negocial; Proatividade; Habilidades interpessoais; Dinamismo; Conhecimento de sistemas informatizados da Administração Pública; e Gestão de políticas públicas, preferencialmente, na área das responsabilidades do cargo.
Outros Requisitos Desejáveis	<p>Desejável, no mínimo, um dos critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cursos na temática de atuação do Ministério da Cultura; Experiência em áreas meio que possam auxiliar no desenvolvimento das atividades no setor público, bem como experiência em áreas finalísticas relacionadas aos programas e ações de competência do Ministério da Cultura; Conhecimento dos programas e ações de competência do Ministério da Cultura; Conhecimento do ordenamento jurídico pertinente à atuação do Ministério e da atividade do setor público; e Conhecimento e/ou prática em atividades de planejamento e orçamento público.